

HABITUS SÓCIO-AMBIENTAL: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL

Sérgio Luiz P. Silva

1. Introdução

A discussão sobre o meio ambiente suscita uma investigação entre duas áreas de análise com base em duas perspectivas, que são: 1. HEP (Human Environmental Perspective) e 2. NEP (Natural Environmental Perspective). As compreensões sociológicas isoladas a partir dessas duas premissas inibem a formulação de uma análise interdisciplinar sobre o meio ambiente. Além do mais, o meio ambiente, em sua complexidade, necessita de uma análise interativa entre o HEP e o NEP dentro de um esquema metateórico como visto na perspectiva de Tindall (1995) e Buttel (1997) que envolva a relação entre vários elementos de análise: micro e macro, subjetividade e objetividade, instituições, ação e risco social, sujeito/objeto e mudança ambiental, dentre outros aspectos não menos importantes como o “*constructo*” entre o natural e suas alterações.

Tal perspectiva é sugerida em trabalhos de autores como: Buttel (1997); Catton (1978); Giddens (1996); Beck (1994) dentre outros. Trabalhos que tratam sociologicamente o meio ambiente dentro de um contexto integral e interrelacional e que, de maneira geral, identificam a necessidade emergente de uma sociologia do meio ambiente conectada com questões humanas e naturais.

Compreendemos com isso que tal perspectiva metateórica possa ser pensada também através de uma discussão sobre modelo reflexivo de representação da realidade ambiental. Ou seja, no aspecto da construção de uma visão tanto subjetiva como objetiva sobre a realidade concreta do meio ambiente em seu contexto geral, natural e humano reflexiva e compreensivamente composto. Giddens (1996), por exemplo, abre uma discussão com essa perspectiva enfocando a questão relacional entre ecológica e política ambiental. Vejamos o que é dito:

Seria possível ver na extraordinária explosão das idéias verdes, nas últimas décadas, as origens de um radicalismo político renovado? Com certeza os defensores das teorias ecológicas acreditam que sim. Carolyn Merchant, por exemplo, diz que a ecologia radical propõe uma nova consciência de nossas responsabilidades em relação

ao resto da natureza e aos outros humanos. Ela busca uma nova ética da natureza e da formação de pessoas. Ela dá às pessoas o poder de fazer mudanças no mundo que seja coerentes com uma nova visão social e uma nova ética” (Giddens, 1996, p.223).

Como é possível perceber a perspectiva natural e humana se encontra no centro da questão. Nesse sentido, propomos uma discussão sobre o aspecto do pensamento político e o pensamento ecológico como elementos de compreensão do meio ambiente. E, sendo assim, estes devem estar ancorados numa análise sobre representação para que possa referenciar, de forma relacional, a perspectiva natural e humana como pontos relevantes de investigação.

A preocupação deste ensaio não é o de definir limites claros entre o HEP e NEP, ou de situar limites entre outros elementos de investigação sobre o meio ambiente. Em vez disso a preocupação deste texto é o de refletir sobre o entrelaçamento e a interação dessas bases de análises na tentativa de formular uma reflexão sobre homem–natureza e natureza–homem no sentido de uma sociologia compreensiva de um suposto “*homoeologicus*”, com base no que chamamos de *habitus* sócio-ambiental promovido pela experiência ecológica e política da sociedade contemporânea. E assim enfocar esses elementos como dado referencial de preocupação da vida social nos dias atuais. Dentro desse contexto, vejamos como a Sociologia do Meio Ambiente estrutura uma base para tal reflexão.

2. A constituição do conceito de *habitus* e pensamento político-ambiental

Para definir a noção conceitual de “*habitus*” com maior propriedade, recorreremos a alguns autores que trabalham com tal noção: Pierre Bourdieu (1989) e Norbert Elias (1989/1994/1998). Enfatizamos que o conceito de *Habitus* nos dois autores tem noções teóricas distintas, mas nos servem como base estrutural de conceituação. Utilizaremos também outros autores que trabalham a categoria de *habitus* como elemento de análise em seus trabalhos que são: Jean-Hugues Déchaux (1993) e Jurandir Malerba (1996) e nos ajudam a compor uma definição sintética do conceito de *habitus*.

Podemos definir o *habitus*, segundo a noção de Bourdieu, como um contexto simbólico que se contextualiza como “estrutura estruturada e estruturante”. Segundo essa base, Jean-Hugues Déchaux afirma que o *habitus*

(...) consiste em esquemas de percepção, de apreciação e de ação inculcados pelo contexto social e se analisam em uma incorporação das estruturas sociais. Mas simultaneamente, este sistema de disposições adquiridas é produtor de práticas. Ele é matriz de percepções, de apreciações e de ações, o princípio gerador dos

comportamentos. Como escreve P. Ansart, o habitus 'é ao mesmo tempo o produto da interiorização das condições objetivas e a condição das práticas (Jean-Hugues Déchaux 1993, p.4).

Na perspectiva de Elias, a noção de habitus refere-se a psicogênese das formações sociais na relação Nós-Eu mediante os processo de relações sociais e os processos de formações culturais.

Análises sobre sociedades antigas a partir dessa questão são referenciadas dentro da sociologia histórica demonstrando a relação do caráter de formação simbólica da relação entre o gênero humano de vida e o meio ambiente físico dentro da relação Nós-Eu. Nobert Elias (1998) toca nessa questão discutindo as relações entre o ambiente físico e formas de organizações sociais de culturas antigas numa análise sobre a questão de constituição do *habitus* na percepção do "Tempo". Esse autor demonstra como o raciocínio das formações sociais antigas, a partir da relação homem-natureza, constituíram seu *habitus* a partir de percepções objetivas sobre o meio ambiente. Essas percepções referenciavam a relevante contribuição de elementos do meio ambiente biofísico sobre essas formas de organizações sociais e constituiu a formação do processo de representação simbólica da realidade dessas sociedades.

Em seu trabalho "Sobre o Tempo", o autor mostra a relevância do ponto de intercessão na relação homem-natureza e com isso desenvolve, de forma fundamentada, uma compreensão sociológica sobre processos culturais antigos que se formaram ancorados no contexto de percepção do meio ambiente (sol, lua, vento, chuva, clima, natureza etc.) e como essa questão influenciou a constituição de habitus que incidiram em práticas de condutas sociais. Dentro desse contexto, determinadas formações sociais antigas, segundo o autor, desenvolveram compreensões e elaborações sobre o "Tempo" com base em hábitos institucionalizados de suas práticas sociais sob o aspecto físico-natural e cultural no processo de formação de suas sociedades.

Embora estejam ancoradas em noções conceituais diferentes, a idéia de *habitus* em Bourdieu e Elias delimitam o aspecto operacional do habitus como categoria de análise sociológica envolvendo dimensões mais estruturais simbólicas, como no caso de Bourdieu, e dimensões mais individuais que envolve o Nós-Eu (percepção e representação), como no caso de Elias.

Nesse sentido, a noção hipotética de "*habitus sócio-ambiental*" contemporâneo, que procuramos desenvolver, tenta refletir os aspectos dos dois autores. Além desse contexto, procuramos também enfatizar a dimensão política para discutir nossa questão. E para tanto recorreremos as análises atuais que discutem a política e o meio ambiente na sociedade global.

A idéia de "habitus sócio-ambiental" que argumentamos nesse texto refere-se a um aspecto de realidade emergente que está presente em nossos dias a partir

de questões da chamada “sociedade de risco” analisada por Alan Irwin (1997), Ulrich Beck (1992), Giddens (1996), Elizabeth Shove (1997) e a partir das questões e das análises sobre “mudança ambiental” feita por autores como: F. Buttel (1997); Catton e Dunlap (1978); Dunlap (1997); C. Rootes (1997); M. Redclif e G. Woodgate (1997) e J.A. Padua (1997).

Estes autores discutem com propriedade a emergência dos problemas ambientais na sociedade contemporânea enfatizando de maneira geral a complexidade da questão. Dentro desse contexto as noções de mudanças ambientais e riscos sociais são enfatizados por esses autores a partir de análises sobre como o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico vem se desenvolvendo como um modelo hegemônico. Particularmente a sociedade de risco e a mudança no meio ambiente constitui a base da formação de um modelo crítico de percepção da realidade social contemporânea. Refirimo-nos a percepção social sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais e a percepção sobre o meio ambiente nas dimensões institucionais de políticas públicas a partir de um enfoque político-econômico. Nesse sentido, o movimento ambiental é apenas um reflexo mais objetivo de constituição desse “*habitus sócio-ambiental*”, ou seja, dessa disponibilidade de percepção, compreensão e representação estruturadora e estruturante de ações e práticas sociais.

É fato que a idéia de consciência ambiental e ecológica e a noção de destradicionalização, discutida por Giddens (1996), como assunto de uma agenda sócio-política dos nossos dias é também reflexo da constituição desse *habitus sócio-ambiental* contemporâneo. Isso indica que a forma de organização e desenvolvimento social de nossos dias obriga-nos a um posicionamento político em relação ao meio ambiente¹. Como exemplo simples podemos dizer que a prática voluntária da seleção doméstica do lixo, ou uma determinação governamental instituída sobre a obrigatoriedade da seleção de todo o lixo produzido na sociedade, ou a conscientização voluntária de poupar energia nos horários críticos (horários de maior consumo); ou a penalização instituída pelo governo sobre gasto excessivo de energia; ou o uso inadvertido de um spray que contenha propriedades destrutivas à camada de ozônio; ou sua proibição; ou mesmo a discussão institucional (ciência/governo) ou popular (agricultores e consumidores) sobre alimentos transgênicos nos dias atuais, dentre inúmeros outros exemplos que poderíamos elencar, são aspectos que se constituem dentro ou a partir do que chamamos hipoteticamente de “*habitus sócio-ambiental*” do mundo contemporâneo.

¹ Ao nos referirmos a posicionamento político e consciência ambiental, não estamos nos referindo às políticas partidárias simplesmente, mas a uma consciência política coletivizada incorporada pelos vários atores na sociedade global que envolve governos, cidadãos, instituições públicas e privadas.

Nesse contexto, definiremos o “habitus sócio-ambiental” da seguinte forma: uma disposição de padrões comportamentais, perceptivos, representacionais e simbólicos que estão ancorados numa dimensão prática e interativa das relações e ações sociais, com uma perspectiva natural (ambiental) e humana (sócio-individual) dentro do sistema de desenvolvimento global do mundo contemporâneo.

Sob esse aspecto real, faz sentido uma discussão sobre elementos de formação da sociedade global. Vivemos numa sociedade global antes de mais nada pelo fato do meio ambiente social e natural se constituir num sistema global. Diante desse argumento, afirmamos que todas as formações sociais historicamente constituídas, no mais remoto passado, sempre estiveram dentro de um sistema global. E sendo assim se constituíram por um *habitus ambiental mutanti* que relaciona meio ambiente natural e meio ambiente social, ou como os analistas contemporâneos como Catton e Dunlap (1978) conceituam como limites e relação entre HEP-NEP.

Como esquema de percepção da realidade, essa noção hipotética que desenvolvemos de “habitus sócio-ambiental” se estrutura dentro de um contexto emergencial da sociedade contemporânea. Contexto esse que envolve as várias regiões e as várias formações culturais, políticas e econômicas num processo de compreensão e representação entre o “social” e o “natural”. Isto talvez incida na forma de percepção do meio ambiente como um sistema ecossocial que funcione interligado entre as várias áreas e regiões. Como afirmou Giddens:

(...) existe uma série de situações em que nas quais a humanidade deveria se afastar das intervenções que afetam o meio ambiente, ou tentar eliminar os efeitos colaterais. Entretanto, a maioria dos modos de vida com os quais temos que lidar são sistemas ecossociais: eles dizem respeito ao meio ambiente socialmente organizado (...). Na maioria das áreas ambientais, não poderíamos começar a desenredar o que é natural e o que é social – mais importante ainda, procurar fazer isso é geralmente irrelevante para os esforços a fim de elaborar programas de ação. Isso nos livra da tarefa impossível de ter de afirmar que Los Angeles é, de alguma forma menos natural que um vilarejo inglês; e nos incumbe de fazer julgamento sobre todas as paisagens ou arenas ecológicas. ‘O meio ambiente’ não deveria ser usado como uma forma subreptícia de contrabandear a ‘natureza’. Los Angeles é uma parte do meio ambiente tanto quanto uma campina (Giddens, 1996; p.239).

Dessa forma, todas as formações sociais envolvendo cultura, política, economia e os vários atores envolvidos em todos esses campos, estão inseridos na relação intrínseca do HEP-NEP contextualizando um lugar social de formação desse “habitus sócio-ambiental” na constituição da sociedade contemporânea”.

3. Ecologia e natureza em representação: pressupostos da sociologia do meio ambiente

O conceito de “natural” é uma construção social ao mesmo tempo que o “social” encontra no natural e no simbólico os próprios elementos de sua efetivação conceitual, talvez isso reflita uma posição dialética, ou talvez não haja uma síntese mas um processo de ruptura entre os dois pontos, o natural e o social.

Vejam os então as bases da Sociologia do Meio Ambiente no que se refere a essa questão. O que determina o que? As construções sociais e culturais são hegemônicas sobre a natureza (meio ambiente) ou a natureza a sua maneira determina os constructos sócio-culturais? Essa é uma questão de fundo não só da Sociologia do Meio Ambiente (SMA), mas do pensamento sociológico de base materialista.

O materialismo histórico, dentro de um contexto bem mais amplo, também ancora uma discussão a partir da relação homem/natureza e de toda relação material que daí decorre. É fato que a própria Sociologia do Meio Ambiente sofreu e sofre ainda hoje influências desse paradigma de análise social. Frederick Buttel (1997) propriamente afirma que a SMA tem uma tradição materialista desde seu início.

Com isso, essa disciplina científica tende a perceber a relação de influência do ambiente biofísico na vida social de forma complexa e interrelacional. Buttel (1997) compreende que de forma efetiva os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder estabelecidos nas sociedades complexas (mediante sua forma de organização, funcionamento e desenvolvimento) estão ancorados num substrato material que em última instância é natural.

Não apenas Buttel, mas outros autores dentro do campo da SMA como Catton e Dulanp (1978) enfatizam a relação entre o contexto biofísico e o contexto cultural como um modelo de análise necessário à sociologia, especificamente à Sociologia do Meio Ambiente. No que toca às análises sobre capitalismo avançado e mudança ambiental, por exemplo, Buttel (1997) refere-se à questão ambiental, do ponto de vista sociológico, com uma preocupação institucional no que se refere a legitimação da forma como a sociedade implementa um modelo de desenvolvimento político-econômico cada vez mais acelerado. Um modelo que incide no processo de exploração e mudança ambiental dentro de um contexto de degradação. A análise de Buttel segue a lógica de um neo-materialismo, tanto no que concerne à questão concreta da natureza (meio ambiente biofísico) como no que toca ao contexto de conscientização crítica sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais no contexto individual e institucional.

Dentro desse aspecto, ele busca examinar o aspecto institucional da mudança ambiental com ênfase no papel da política econômica e na análise das instituições sócio-culturais no que toca a degradação ambiental.

A idéia de uma consciência ecológica define de forma simbólica o *background* da questão ambiental, pois de forma global os impactos da mudança ambiental dizem respeito à vida social como um todo. Dentro desse contexto, a consciência coletiva de um suposto *homoecologicus* estaria aquém da realidade social.

Além desse aspecto fundamental e estrutural é válido ressaltar que as bases da própria estruturação da SMA estão também ancoradas num outro substrato, este por sua vez é a consciência política ambiental. Inclusive a Sociologia do Meio Ambiente surgiu das práticas de mobilização do movimento ecológico moderno. Nesse caso a ligação dessa sociologia com a idéia de consciência ecológica é muito forte (Buttel, 1997).

Nesse sentido, essa sociologia sofreu uma influência fundamental dos movimentos ambientalistas e ecológicos que atuam na sociedade global acerca de vinte e cinco anos, o que faz com que a prática política ambiental seja a marca emblemática dessa disciplina. A relevância dessa última questão incide no fato de que o ambientalismo se transformou num dos movimentos sociais mais atuante da sociedade contemporânea, dessa forma os chamados “Novos Movimentos Sociais” têm se transformado em veículos de expressão de um ativismo político atuante e visível.

A noção de representação do meio ambiente, dentro desse contexto, estrutura uma discussão entre duas esferas de ações sociais: o mundo da vida (ambiente da vida cotidiana) o qual é o universo de visibilidade dos movimentos sociais e o mundo do sistema normativo (este referido ao sistema político-econômico e jurídico), duas esferas separadas no contexto do processo social. Visto que o problema ambiental refere-se a uma questão bem mais ampla que setorial, a implicação da análise sociológica sobre esse aspecto reflete a necessidade de aproximação dessas duas esferas da sociedade, pois as categorias de análises do problema caracterizam-se num modelo conjuntural de investigação. Nesse sentido, o movimento social atua com um catalisador das questões ambientais e visivelmente implementa ações sociais como ato simbólico-discursivo, ou seja, atua como ator de uma representação emergente no qual o significado efetivo refere-se a uma questão concreta.

No contexto normativo, as políticas de controle e preservação ambiental implementadas pela esfera executiva, no nível Estadual e Federal, refletem a demanda de preocupações sociais de caráter emergencial que também referem-se à questões concretas. Do ponto de vista material e simbólico o habitus do ambientalismo, como prática ou como conhecimento disponíveis em forma de cultura concretizada, liga a perspectiva natural e humana de forma fundamental e nesse ponto se forma o ethos do que convencionamos chamar “homoecologicus”.

Alan Irwin (1997), em seu trabalho “Risk, the environment and environmental knowledges” toca de forma peculiar na questão entre cultura e

natureza discutindo sobre o natural, o social e o científico como categorias interligadas na análise da SMA. Refletindo de forma crítica sobre o conhecimento ambiental, o autor enfoca uma compreensão desses três elementos de forma aproximada uns dos outros e assim nos indica um caminho para a compreensão da racionalidade ambiental que pretensamente nos levaria as bases de formação desse “homoecologicus” contemporâneo. Vejamos como discutir essa questão a partir de categorias sociológicas como: representação social, racionalidade e ação sócio-política.

4. Representação ambiental como habitus político

No início desse ensaio elencamos algumas categorias de análise que nos servem como instrumento de reflexão, tais como “ambiente biofísico”, “ação social” e “pensamento ambiental e político”. Esses elementos trabalhados no campo da SMA se complementam com outro elemento não menos sociológico a “representação social”.

Dentro desse contexto, a categoria de representação social será utilizada aqui como instrumento operacional de discussão nesse ensaio. Para tanto devemos defini-la conceitualmente.

Basicamente podemos dizer que a representação social é uma forma de produção e propagação do conhecimento que se constitui no mundo da vida do cotidiano. Autores especialistas nesse campo de estudo como: Serge Moscovici (1976), Denise Jodelet (1988), Jorge Valla (1992), Celso Sá (1993), dentre vários outros, definem as representações sociais como um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum que tem como função estruturar comunicação, conhecimento, comportamento e práticas sociais.

Nesse contexto, as representações sociais, dentro do cotidiano, traduzem em conhecimento prático e popular as informações veiculadas na vida social, o que faz com que a realidade se materialize nas ações dos sujeitos tanto de forma social quanto de forma política.

Importa-nos aqui a dinâmica social e política da representação no que toca ao meio ambiente que é uma realidade material processada socialmente. Em outras palavras, importa-nos a dinâmica social e política do pensamento ambiental ancorados numa análise de representação social.

Então vejamos a definição conceitual de pensamento político referente a essa questão. O pensamento político é uma forma reflexiva de atingir objetivos dentro do que Pierre Bordieu (1989) chamou de “mercados de bens de poder” dentro dos campos simbólicos, especificamente dentro do chamado campo político. A política nesse sentido se fundamenta como uma posição estratégica no contexto das relações dos sistemas institucionais, culturais e econômicos. A

questão ambiental ou mais especificamente o pensamento político ambientalista encontra nesse pressuposto de relações instituintes um lugar social para sua ação.

Retomando as reflexões de Buttel (op. cit.) compreendemos como o complexo institucional da sociedade está ligado de forma geral a questão político-ambiental, especificamente no que toca as mudanças e transformações do meio ambiente como um dado de realidade urgente. E por isso, para ele, a tradição materialista de análise do meio ambiente tende sempre a perceber a relação de influência do meio ambiente biofísico na vida social e de como isso se traduz numa linguagem política.

Dentro desse contexto, os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder (econômico e político) estão ostensivamente ancorados nesse substrato ambiental. Vemos por exemplo, as discussões sobre política de usos dos recursos naturais, sustentabilidade, organização espacial, dentre outros assuntos, como questões que são tratadas dentro de um aspecto da racionalidade ambiental mesmo quando se referam ao processo de degradação do meio ambiente, o que quase sempre acontece.

O importante para nossa reflexão é justamente o aspecto que ancora o pensamento político e a representação ambiental. Para Buttel essa questão de fundo encontra-se na base de formulação de um paradigma sociológico ambiental, que é um problema central em suas análises.

No mesmo sentido, para autores como Giddens (1996) a relação entre política e meio ambiente e pensamento político-ambiental reflete o problema que tratamos aqui. Para Giddens, ancorado em Bookchin, “o pensamento ecológico pode recuperar idéias de uma crítica radical da vida social” (1996, p.225). Isso é afirmado num contexto em que o chamado pensamento radical, dentro do aspecto de crise dos paradigmas, perdeu sua identidade e, conseqüentemente, seu espaço político e vê surgir um pensamento da “política verde” que procura expressar questões políticas e sociais num contexto de crise social, ambiental e econômica.

A racionalidade política do movimento ambiental, é fruto do processo situacional desse momento de crise na qual a sociedade global se encontra. E como atores políticos, esses movimentos ambientais representam social e ativamente uma forma de relação política do meio ambiente.

Sobre esse aspecto Marco Reigota (1997) afirma que a representação social sobre o meio ambiente reflete uma forma diferencial de percepção do mesmo. Porém, mesmo com essa diferenciação há um consenso sobre a base de definição do significado conceitual e prático do meio ambiente.

Ele propõe que o meio ambiente mesmo como uma representação social se contextua na seguinte definição:

O lugar determinado ou perdido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota; 1997; p. 14).

A questão relevante no que toca a relação entre o meio ambiente e sua forma de representação, por parte dos vários atores sociais, é que o meio ambiente é percebido de forma plural e diferenciada. E isso se dá pelo fato dos indivíduos compreendê-lo a partir de uma perspectiva subjetiva ancorada numa realidade concreta.

Dentro desse contexto, é fato que o meio ambiente é enfatizado como uma determinação natural (por mais subjetiva que seja sua compreensão). E sobre essa compreensão se fundamenta uma prática social, cultural e política por parte dos atores sociais. Podemos inclusive afirmar que nas representações sociais sobre o meio ambiente encontramos elementos que pertencem ao H.E.P e ao N.E.P. ao mesmo tempo e isso se dá pelo fato dos indivíduos compreenderem de forma simples a relação intrínseca entre o natural e o humano percebendo que um só tem sentido em relação ao outro. Pelo menos é o que demonstra a análise da pesquisa feita por Reigota² (1997).

Podemos abstrair essa discussão para tentar refletir como o meio ambiente é percebido no contexto da sociedade global, na medida em que os problemas ecológicos e ambientais são difundidos amplamente na sociedade global. Com base numa divulgação mass media o meio ambiente passa a ocupar um lugar privilegiado nos lares e vida cotidiana da sociedade globalizada. Mas isso não significa objetivamente afirmar que a comunicação mass media sobre questões ambientais produza uma consciência ecológica e ambiental em nível global, como é possível perceber nas argumentações de Hanningan³. Porém, podemos afirmar que isso de maneira indireta e simbólica ajuda a constituir o que chamamos hipoteticamente de “Habitus sócio-Ambiental” contemporâneo que discutiremos mais adiante.

É fato que a definição de meio ambiente, no contexto das representações sociais, é enfatizado com uma determinação de base natural. Nesse sentido, a sociedade de maneira geral tem uma relação de compreensão sobre o meio ambiente no que toca a visualização da natureza física, no seu contexto de degradação ou de conservação. E de forma subliminar enfatiza-se as questões

² Nesse livro, que tem como título *Meio ambiente e Representação social*, Marcos Reigota faz uma análise sobre o conceito de meio ambiente a partir da forma como educadores compreendem e definem o meio ambiente, e como esse contexto de definição está ancorado na prática cotidiana de relação prática e conceitual do mesmo.

³ Sobre esse aspecto ver Stamm *et al.* (2000) e J. A. Hanningan (2002).

políticas e sociais, pois essas últimas revelam objetivamente a importância do meio ambiente para as formas de vida e organizações sociais.

Porém é importante salientar que cada vez mais nos dias atuais o conteúdo político está sendo enfatizado com maior força. Ou seja, o meio ambiente está sendo enfatizado a partir da constituição de um pensamento político cada vez mais efetivo. Nesse sentido, a percepção representativa do meio ambiente tende a enfatizar cada vez mais um conteúdo político-instrumental.

Podemos partir desse tipo de afirmação com base em análises feitas por Giddens (1996), Beck (1992) e Buttel (1997), autores que enfatizam o conteúdo político na percepção e mudança do meio ambiente. Isso significa que a idéia de compreensão sobre o meio ambiente ganha uma dinâmica sócio-cultural e simbólica cada vez mais forte e essa força se revela no contexto político no qual esta ancorada e que contribui para a formação de um *ethos* ambiental. Vejamos essa questão no próximo tópico onde discutiremos o contexto conceitual de “*habitus* sócio-ambiental”.

5. Considerações finais

Este texto, buscou dissertar sobre idéias e categorias de análise, pertinentes à compreensão contemporânea sobre o meio ambiente no contexto de relação entre o social e o natural. Transcorrendo no aspecto da interdisciplinaridade o desenvolvimento dessa investigação percorre um caminho de pretensa formação de novas categorias e conceitos, como é o caso do “Habitus Sócio-Ambiental Contemporâneo”, nos fazendo tomar emprestado, arquétipos consolidados da sociologia e relacioná-los com outras áreas de conhecimento e investigação social. Porém, o mais importante dessa questão não é o aspecto de formações de novos conceitos, mas o de saber se os mesmos se sustentam enquanto elemento de análise ou se há pelo menos um contexto de aplicação para o mesmo.

A perspectiva interdisciplinar nos proporcionou condições de, através de uma investigação mais livre, interrelacionarmos uma variada gama de autores e conceitos no propósito de construirmos um argumento objetivo. Esse argumento objetivo foi mediado por um argumento maior e mais estruturado, no campo da Sociologia do Meio Ambiente, que é a relação do processo social e natural na formações dos sistemas ecossociais, aqui mencionado por Giddens (1996), Buttel (1997) e Irwin (1997).

A pertinência dessa análise refere-se à uma possível contribuição da racionalidade contemporânea no que toca à investigação do meio ambiente físico e social visto que a partir dos argumentos discursivos dos autores que tratamos, mostra-se pouco reflexivo as análises isolados no campo da investigação sobre o meio ambiente.

Como foi possível perceber, a noção de “habitus sócio-ambiental” além de se ancorar em conceitos já antes discutidos na sociologia, busca ainda dimensões no campo da política e com isso dinamiza-se na noção de seu próprio conceito.

Os resultados desse ensaio talvez não se apresentem nessas últimas palavras, mas no desenvolvimento de análise futuras no campo de nossas investigações interdisciplinares a partir da sociologia, com a tentativa de operacionalizar melhor o que afirmamos no argumento desse ensaio.

Referências

- ALLMARK, T. (1997). Environment and Society in Latin America”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. p. 390-402 Northampton, MA: Edward Elgar.
- BECK, U. (1994). *Ecological Politics in an age of risk*. Cambridge: Polity.
- BOURDIEU, Pierre. (1987). *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil. Lisboa: Difel.
- BUTTEL, F. H. (1997). “Social Institutions and Environmental Change”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 40-55 Northampton, MA: Edward Elgar.
- CATTON, W. R. DUNLAP, R.E. (1978). “Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEP Distinction” in *The American Sociologist* 13: 256-259.
- DÉCHAUX, Jean Hugues (1993). Nibert Elias et Pierre Bourdieu: analyse conceptuelle comparée. *Archives Européennes de Sociology*. Cambridge, 34, 365-85,2.
- DUNLAP, R. E. (1997). The evolution of Environmental Sociology: A Brief History And Assessment of the American Experience”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds.p. 21-39 Northampton, MA: Edward Elgar.
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- _____. (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- _____. (1998). *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. V. 2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- GIDDENS, A. (1995). *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo. Unesp
- HANNIGAN, J. A. (2002). *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective* London: Routledge.
- IRWIN, (1997). “Risk, the Environment Knowledge”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 218-266 Northampton, MA: Edward Elgar.
- JODELET, Denise. (1988). “La representación Social: fenomenos, Concepto y teoria”. In MOSCOVICI, S. (org.) *Psicología Social II*. Barcelona. Paidós.
- JONES, R. E. DUNLAP, (1992). “The Social Bases of Environmental Concern: Have They Changed Over Time?” *Rural Sociology* Vol. 57 (1): 28-47.
- MALERBA, J. (1996) “Sobre Nibert Elias” in *A Velha História: Teoria, Método e Historiografia*. Campinas. São Paulo: Papirus.
- MOSCOVICI, Serge. (1978). *A Representação Social da psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar.
- PADUA, J. A. (1997). “Biosphere, History and Conjuncture in the Analysis of the Amazon Problem, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 403-417. Northampton, MA: Edward Elgar.

- REIGOTA, M. (1997). *Meio Ambiente e representação social*. 2.ed. São Paulo. Cortez.
- SÁ, Celso Pereira de. (1993). "Representações Sociais: O Conceito e o Estado Atual da Teoria": in SPINK, M. Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano. As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo. Brasiliense.
- SHOVE, E. (1997). "Revealing the Invisible: Sociology, Energy and the Environment" in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 261-237. Northampton, MA: Edward Elgar.
- STAMM, Keith R., Fiona CLARK e Paula Reynolds EBLACAS (2000). "Mass communication and public understanding of environmental problems: The case of global warming", in *Public Understanding of Science*, Vol. 9, No. 3, 219-237 (2000).
- VALLA, Jorge. MONTEIRO, Maria Benedita (1992). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- TINDALL, D. (1995). "What is Environmental Sociology? An Inquiry into the Paradigmatic Status of Environmental Sociology" in *Environmental Sociology: Theory and Practice*, Michael Mehta and Eric Ouellet (eds) London: Captus Press.

RESUMO

Habitus sócio-ambiental: elementos de compreensão da representação ambiental

Este artigo investiga a relação entre pensamento político e meio ambiente, com base na Human Environmental Perspective - HEP e a Natural Environmental Perspective - NEP. Para esse intuito, forjamos uma reflexão crítica no campo da sociologia do meio ambiente utilizando-nos dos elementos conceituais de análise da teoria das Representações Sociais, como um forma de composição de uma base para o pensamento político ambiental.

Palavras-chave: meio-ambiente; representação social; habitus ambiental

ABSTRACT

Socio-environmental habitus: aspects of the understanding of environmental representation

This paper investigates the relation between political thought and environment, on the basis of the Human Environmental Perspective (HEP) and the Natural Environmental Perspective (NEP). For this intention, we forge a critical reflection of the field of the sociology of the environment drawing from conceptual elements of analysis of the theory of the Social Representations, as one form of composition of a base for a political theory of the environment.

Keywords: Environment; social representation; environmental habitus

